

## **Construir a cidadania é combater a violência**

Renata Amoras\*

Ao conjeturar sobre as causas da violência urbana, me vem à memória o tempo em que brincar de “polícia e ladrão” não tinha nenhuma conseqüência desastrosa para a formação da personalidade dos meninos; no máximo, acontecia um bate-boca acalorado entre eles para decidir quem seria o policial. Ninguém queria vestir a pele do ladrão. Naquela época, todo garoto pedia no Natal um revólver de espoleta. Nada disso era visto pela sociedade como incitação à violência.

Hoje em dia, pais preocupados com a educação de seus filhos não concebem a idéia de lhes presentear com um revólver de plástico. Aliás, mesmo que quisessem, o artigo é raro nas prateleiras das lojas. O sumiço do brinquedo nos leva a questionar os motivos pelos quais os pais mudaram radicalmente o conceito de que brincar de “mocinho” não é salutar.

Mas naquela época não existia violência? Claro que sim, porém longe das proporções atuais. Não foi à toa que aquele objeto de desejo infantil foi proibido pelo artigo Art. 26 do Estatuto do Desarmamento: “São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir”.

A violência urbana grassa diariamente na mídia brasileira. Existem até impressos especializados em vender bestialidades. Muitas vezes a notícia passa despercebida aos olhos do leitor, dada a constância editorial acerca do problema. De certa forma, a banalização da criminalidade “cega” o cidadão, que se indigna, porém segue em frente com sua leitura. No entanto, quando essa violência ultrapassa os limites do admissível, a indignação passa à comoção social, como vimos acontecer em fevereiro de 2007, no caso do menino João Hélio Fernandes, de 6 anos, morto no Rio de Janeiro, ao ser arrastado por bandidos, pelas ruas de quatro bairros na Zona Norte carioca, preso apenas pelo cinto de segurança do lado de fora do carro. O caso Isabela, de 5 anos, a menina jogada do sexto andar do prédio onde morava seu pai, em São Paulo. E mais recentemente a morte de outro garoto de 3 anos, João Roberto Soares, morto por disparos de policiais que confundiram o carro de sua mãe com o de bandidos, no Rio de Janeiro. Sem mais comentários.

O senso comum propaga que toda criança é o “futuro do país”. Sempre foi assim. Eu e você, que lê este artigo, já fomos o futuro do país. João Hélio também um dia o foi. Isabela e João Roberto idem. Com essas crianças morreu um pouco do futuro do país. E morrem outros futuros a cada dia: as centenas de crianças vítimas da violência

que sequer chegam às manchetes dos jornais. E nós, que um dia também fomos o futuro, crescemos e estamos perdidos na educação de outros futuros, nossos filhos. Na correria do dia a dia não nos damos conta da “missão” que recebemos na infância e nem nos questionamos sobre como podemos ajudar a reduzir a violência.

E não adianta querer tirar o corpo fora porque esse não é papel exclusivo do Estado, como supõem alguns. É dever de cada brasileiro promover a cidadania como ferramenta fundamental para encarar a violência e reduzi-la a números admissíveis, se é que qualquer violência pode ser aceita. Tanto a sociedade civil organizada quanto especialistas no assunto; formadores de opinião; magistrados; congressistas e governo, enfim, todos têm a obrigação de se manifestar. Ninguém pode se calar diante de fatos tão repugnantes, sob pena de sucumbir à própria inércia.

A luta para construir um Brasil seguro depende de muitas atitudes e medidas que precisam continuar a serem tomadas por parte dos agentes públicos e outras tantas que definam a responsabilidade do indivíduo, conforme a sua idade e formação, sua capacidade de entendimento e domínio do livre arbítrio, bem como fatores atenuantes dessa responsabilidade individual que possam ser repartidas com a sociedade. No entanto, modificações legislativas não devem ser feitas em momentos de comoção social, pois corremos o risco de absolver o Estado que, ao longo das últimas décadas, é o responsável por essa geração de jovens empobrecidos e desesperançados, pois detém o poder de ação para alterar a condição dessa parcela da sociedade no presente, a fim de garantir-lhe vir a ser o futuro do País.

\* Jornalista, servidora do Ministério da Justiça